

**O ENSINO DE HISTÓRIA E SUA RELAÇÃO COM O ESPAÇO ESCOLAR  
ATRAVÉS DOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO RN: Um estudo sobre  
o Patrimônio Cultural e a formação da identidade norte-rio-grandense**

ANA LARISSA ARAÚJO DE M. CARDOSO<sup>1</sup>  
ADRIANE TEIXEIRA DA SILVA

A escolha do livro didático constitui um dos variados atributos da profissão docente no Brasil, constituindo em grande parte das vezes no principal meio de trabalho dos educadores e servindo de base de conhecimento tanto para estes como para os alunos, envolvidos no processo ensino-aprendizagem e que se valem desse objeto como se o mesmo carregasse em si a verdade absoluta das coisas. O conceito de livro didático trabalhado, entende o mesmo como:

*artefato impresso em papel que veicula imagens e textos em formato linear e seqüencial, planejado, organizado e produzido especificamente para uso em situações didáticas, envolvendo predominantemente alunos e professores com a função de transmitir saberes circunscritos a uma disciplina escolar (FREITAS, 2009: 12).*

Nesse sentido, vale a pena pensar um pouco sobre a questão da estruturação do livro didático no formato que encontramos atualmente e que é fruto de muitas discussões, tendo esse processo passado por diversos momentos distintos, dentre os quais a escolha e reflexão de quais disciplinas escolares deveriam estar aí presentes. No caso da disciplina escolar História, que é a que nos interessa nesse trabalho, mais especificamente os livros de História do Rio Grande do Norte, temos que:

*A História escolar integra o conjunto de disciplinas que foram sendo constituídas como saberes fundamentais no processo da escolarização brasileira e passou por mudanças significativas quanto a métodos, conteúdos e finalidades até chegar à atual configuração nas propostas curriculares. (BITTENCOURT, 2009: 33).*

---

<sup>1</sup> Mestrandas do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Ambas desenvolvem pesquisas relacionadas à Educação e História.

Esta análise centra-se sobretudo no estudo dos materiais escolares. Para tal, é interessante perceber esses tipos de objetos culturais como integrantes da cultura material escolar. Nessa perspectiva, notamos que:

*O estudo histórico dos materiais escolares pode ser um instrumento valioso para se decifrar a cultura escolar à medida que as práticas são mediatizadas, em muitos sentidos, pela condições materiais. Alguns materiais como o quadro-negro, os cadernos, as carteiras e os livros inscrevem-se na lógica interna da organização da escola constituindo-se como dispositivos do modo escolar de transmissão da cultura. Outros propugnados na corrente de inovações pedagógicas e tecnológicas que atingem a educação em momentos históricos determinados são tomados como possibilidade e limite da atividade educativa. Alguns se inscrevem permanentemente no ambiente escolar, enquanto outros são relegados ao esquecimento. (BENCOSTTA, 2007: 180).*

A implementação de políticas públicas visando garantir a qualidade dos livros didáticos distribuídos no país passou por uma série de medidas, dentre as quais a instituição, em 1929, do Instituto Nacional do Livro, que surgiu exatamente com o intuito de legitimar o livro didático. Quase dez anos depois, em dezembro de 1938, por meio do Decreto- Lei nº 1006 foi criada a primeira política de legislação, controle e produção de manuais didáticos, chamada CNLD – Comissão Nacional do Livro Didático. Porém, apenas em 1985 foi criado o PNLD – Programa Nacional do Livro Didático, uma política do Governo Federal que alcançou a atenção de vários profissionais ligados ao tema da educação, pois foi através desse programa que se passou a estabelecer todos os critérios utilizados nas avaliações dos livros didáticos que são destinados a todas as escolas públicas do país.

Segundo o Guia do Livro Didático os livros didáticos de História local são classificados “por pretenderem trabalhar a História, delimitando um recorte espacial, podendo ser uma capital ou um estado do país. Normalmente, são destinados à 3ª ou 4ª série do ensino fundamental”<sup>2</sup>. Entretanto, no que se refere às políticas públicas destinadas ao livro didático de História local o que se percebe é a ausência de um currículo ou programa específico, enquadrado no sistema educacional brasileiro para o enquadramento desse livro didático. Dessa forma, é interessante pensar como esta

---

<sup>2</sup> BRASIL, Secretaria de Educação Básica. Guia do livro didático 2007: História – séries/ anos iniciais do ensino fundamental. Secretaria de Educação Básica. Brasília, MEC, 2006.

ausência pode refletir na forma como o Patrimônio Cultural é representado e, conseqüentemente, entendido pelo discente. Além disso:

*[...] os livros didáticos regionais de História, destinados normalmente as 3ª e 4ª séries (4º e 5º anos) do Ensino Fundamental carecem de um olhar mais atencioso por parte de seus autores e editores, no que diz respeito à atuação da abordagem dos conhecimentos históricos escolares, aprofundando os aspectos significativos da formação cultural da localidade sobre a qual estuda e as dimensões que assumem as relações com os âmbitos regionais, nacionais e mundiais. (LIMA, 2007: 188).*

Vale ressaltar a importância das políticas públicas que regulam a avaliação e distribuição do material didático também quando pensamos que estas atingem um número tão grande de pessoas e, principalmente, se pensarmos na imensidão do território brasileiro e nas enormes diversidades que este abriga. Nesse sentido, notícias envolvendo debates sobre livros didáticos não constituem assunto de “outro mundo” quando se trata da nossa realidade. Fatores como erros detectados e ausência de determinado assunto, instigações preconceituosas ou mesmo a falta desse objeto cultural na escola, causam polêmica e logo ganham a mídia, mobilizando posicionamentos, uma vez que a escolha do livro didático envolve sempre grandes somas e abarca muitos atores. Infelizmente, estas discussões deixam a desejar no que se refere ao debate em torno do livro didático de História local, debate esse que certamente contribuiria de maneira decisiva à melhora da qualidade desse material.

*As discussões sobre o livro didático são sempre atuais e importantes. De modo geral, todos os livros didáticos necessitam ser compreendidos por seu processo de produção, distribuição e consumo. Esse três aspectos envolvem, historicamente, os contextos em que foram produzidos os livros, mercado e preços, além de outros -, processos de compra e venda dos livros, políticas governamentais de aquisição de livros destinados à escola e consumo, ou seja, as maneiras como os livros chegam às mãos da população brasileira, bem como suas formas de utilização. Tais aspectos sugerem que nenhum livro didático pode ser apreendido como produto abstrato ou neutro, distanciado do contexto histórico em que existiu ou existe. (SCHMIDT; CAINELLI, 2010: 171-172).*

Alain Choppin<sup>3</sup> em uma análise do livro didático e do seu papel no universo escolar, especificou as funções as quais o livro didático deve atender, são as funções: referencial, ligada a tradução dos conteúdos de ensino presentes nos programas ou currículos; instrumental, que possibilita o desenvolvimento de habilidades e competências diversas; ideológica e cultural, responsável por disseminar determinadas visões de mundo e construir identidades; e documental, que revela sua condição de portadora de um conjunto de textos que devem ser lidos, analisados, refletidos e criticados.

Dessa forma discutimos o livro didático como um material componente do espaço escolar<sup>4</sup>, sendo que este é formador de representações e identidades constituindo-se, portanto, num espaço cultural. Podemos perceber o espaço escolar como um espaço de poder por excelência, no qual notadamente o professor é capaz de exercer a sua profissão de acordo, dentre outros fatores, com os modelos e visão de mundo que este possui. Em relação à pesquisa com o livro didático de História do Rio Grande do Norte encontramos uma série de problemas que dizem respeito, por exemplo, a quantidade do material, que geralmente é escassa, havendo pouca variedade de exemplares para utilização em sala de aula. Em igual situação encontra-se a qualidade deste material, haja vista, a reprovação dos dois únicos livros submetidos ao processo seletivo do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD<sup>5</sup>, um no ano de 2007 e outro no ano 2010. Esses dados denunciam as deficiências em qualidade e quantidade do livro didático em História do Rio Grande do Norte que geralmente não é produzido no estado.

Tomando como referencial Michel de Certeau, o espaço praticado cria as condições que determinam a vida social, não podendo o espaço ser enquadrado em uma estrutura fixa, já que este sofre modificações constantemente, ou seja, transmuta-se ao ser praticado. É nessa linha de pensamento que esta pesquisa segue, tomando como referência o espaço escolar, e mais a fundo, o espaço da sala de aula, que deve ser

---

<sup>3</sup> CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n. 3, 2004.

<sup>4</sup> Espaço Escolar compreende as relações entre a escola, o poder público, a comunidade, os alunos e os professores se estendendo para além de suas fronteiras físicas.

<sup>5</sup> O Programa Nacional do Livro Didático é voltado a distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública de ensino brasileiro, para o ensino fundamental incluindo também as classes de alfabetização infantil.

entendido como um espaço cultural, no qual lidamos com variadas relações sociais. Sobre a cultura material escolar temos que:

*A expressão cultura material escolar, por sua vez, passou a ser utilizada na área da História da Educação nos últimos anos, influenciada pelos estudos em cultura escolar, pela renovação na área provocada pela Nova História Cultural e pela preocupação crescente dos historiadores em relação à preservação de fontes de pesquisa e de memória educacional em arquivos escolares, museus e centros de documentação. Ao recortar o universo da cultura material especificando um domínio próprio, isto é, o dos artefatos e contextos materiais relacionados à educação escolarizada, a expressão não apenas amplia o seu significado reinserindo as edificações, o mobiliário, os materiais didáticos, os recursos audiovisuais, e até mesmo as chamadas novas tecnologias do ensino, como também remete à intrínseca relação que os objetos guardam com a produção de sentidos e com a problemática da produção e reprodução social. (BENCOSTTA, 2007: 170).*

Desse modo, o livro didático de História do Rio Grande do Norte é trabalhado como instrumento influenciador na formação da idéia de Patrimônio Cultural, uma vez que este encontra-se no seio do espaço físico e cultural que atua como formador desse pensamento. Nesse sentido discutimos, dentre outras, as seguintes questões: até que ponto o saber contido no livro didático de História local interfere na consciência da população acerca do seu Patrimônio? Como este patrimônio é representado nos livros didáticos de História local?

O conceito de comunidade escolar, que integra professores, alunos e funcionários é outro ponto importante a ser lembrado nesse debate, visto que a comunidade escolar exerce um papel importante frente ao que é ensinado e como é ensinado na escola. Integrando a gama de considerações que derivam do estudo sobre o ensino, temos igualmente a presença do termo “noosfera”, conceito que se aplica ao conjunto de agentes sociais externos à sala de aula, tais como: famílias, técnicos da educação, inspetores e mesmo os autores de livros didáticos. Tais noções são de suma relevância no contexto que se pretende analisar, visto que para determinadas concepções, elas influenciam diretamente o saber proveniente da escola.

Ao ser tomado como objeto de trabalho muitas vezes imprescindível nas salas de aula, por opção dos professores, os livros didáticos de História acabam por se transformar em importantes vias de conhecimento, sendo capazes de emitir enunciados

que cristalizam estereótipos, dependendo aí também do uso que se faz desse instrumento. Quando mencionamos o livro didático de História local essa afirmação torna-se ainda mais contundente; é inegável que esse objeto cultural contribui com a concepção de conhecimento histórico do chamado homem comum, representado pelo sujeito que organiza em sua mente apenas o saber histórico que construiu na escola. Pode-se inserir aí também em muitos casos as famílias que aprendem determinada concepção de História a partir dos livros didáticos de um de seus membros.

*Visto dessa maneira, é preciso estar atento para o fato de que muitos artefatos são produzidos para uso escolar e apropriados fora dos muros das escolas (por exemplo, o livro didático, cartilhas de alfabetização, cadernos, carteiras etc.); da mesma forma que objetos de usos sociais diversos adentram o universo escolar adquirindo novas significações (nesse caso, às mudanças de finalidades e usos acrescenta-se o significado simbólico, como se pode ver em relação ao cinema, aos jornais, às revistas e, quadrinhos, aos livros de literatura, aos computadores etc.). Portanto, o que define um objeto como escolar depende da intencionalidade e do uso em determinadas situações e condições históricas. (BENCOSTTA, 2007: 177).*

É necessário, ainda, levar em consideração toda uma série de debates que ocorrem no âmbito da estruturação escolar no que diz respeito, por exemplo, à questão de disciplina escolar, que envolve a escola, o saber que ela produz e transporta bem como o papel e o poder do professor e dos vários sujeitos externos que fazem parte da constituição do conhecimento escolar. Sobre essa questão específica, os principais debates têm envolvido notadamente pesquisadores franceses e ingleses, alguns concebendo as disciplinas escolares como decorrentes das chamadas ciências eruditas de referência, condicionadas às academias e servindo como instrumentos de “vulgarização” do conhecimento, o que ficou comumente conhecido como “transposição didática”. Nesse sentido, certos agentes sociais externos à sala de aula (idéia de noosfera) garantiriam o fluxo e adaptação desses saberes provenientes das academias.

O outro grupo de pesquisadores acredita que a disciplina escolar se constitui por meio de outros conhecimentos, que não apenas o saber científico, uma vez que a hierarquização de saberes não caberia como base para a constituição de conhecimentos. Cada disciplina, de acordo com essa visão, deveria ser estudada historicamente, de tal

forma que o conhecimento produzido também pela escola, uma vez que essa instituição é responsável pela produção de um saber próprio, deve ser compreendido no interior de uma cultura escolar.

É de extrema relevância, ainda, considerar quando da análise dos livros didáticos de História do Rio Grande do Norte as finalidades das disciplinas escolares, no nosso caso da História escolar, uma vez que tais finalidades pertencem a um conjunto complexo no qual a escola aparece como fornecedora dos conteúdos de instrução, esses inseridos em objetivos educacionais mais gerais. Desse modo, as finalidades das disciplinas escolares estão sujeitas a mudanças de acordo com o público escolar a que são direcionadas. Nesse contexto, é importante observar a importância do material didático utilizado, uma vez que:

*Apesar das versões, às vezes simplistas e aligeiradas do processo histórico, nem sempre do agrado do professor, o livro didático facilita o cotidiano profissional. Os textos didáticos escritos disponibilizam determinados juízos, os “reais conteúdos”, para serem trabalhados, sem que o professor precise, necessariamente, transpor e adequar informações provenientes de outras formações discursivas, sobretudo do currículo proposto e dos textos acadêmicos. (ROCHA, 2002: 23-24).*

Partindo da percepção de um processo no qual o ensino da História procura cada vez mais romper com o que se convencionou chamar de tradicional, na qual a disciplina é pautada nos feitos de grandes homens e nas datas comemorativas e que aparece como verdade única e partindo a outra percepção na que a mesma se abre a novas perspectivas, a partir notadamente da proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais, podemos perceber que os PCN colocaram a discussão do ensino de História como resolvida, quando o que presenciamos é que a mesma está ainda iniciando a caminhar. Sobre esse fato coloca Margarida Dias:

*No histórico que é traçado sobre o ensino de História, [os PCN] relatam as mudanças historiográficas como automaticamente transpostas para o ensino como se tal possibilidade estivesse resolvida em todos os seus aspectos: formação do professor e forma de aprendizado empregada pelos alunos. (OLIVEIRA, 2010: 15).*

E completa:

*Consideramos que o equívoco não se encontra na análise – se ela*

*fosse concernente aos caminhos da historiografia mundial e mesmo a brasileira. Contudo, essa avaliação refere-se ao ensino de História. Sobre o ensino, não foi feita uma discussão no Brasil sobre o conhecimento histórico que deveria ser do conhecimento do cidadão. Para além das decisões políticas, é preciso interligar essa discussão às faixas etárias dos educandos e à possibilidade real de aprendizado, a partir da sua capacidade cognitiva e da complexidade do conhecimento histórico. (OLIVEIRA, 2010: 16).*

Dessa maneira, o livro didático deve ser compreendido em sua complexidade, como partícipe da nossa história cultural constituindo-se, portanto, em um objeto cultural utilizado em situações nas quais estão envolvidos o ensino e a aprendizagem. Vale ressaltar que nessas situações pode-se perceber vários sujeitos implicados, dentre os quais autores, editores e comunidade escolar e que, para cada um desses sujeitos, o livro didático assume significados distintos. (OLIVEIRA, 2009) A pesquisa sobre o ensino, as formas de manutenção e de divulgação da disciplina escolar História é, desse modo, fator de relevante importância uma vez que essa abriga o conjunto dos saberes que convencionalmente foram reconhecidos como essenciais à formação dos cidadãos desse país, relacionados com as políticas que o viabilizam. Através do diálogo estabelecido entre a História e a Educação, por exemplo, é possível problematizar todas as questões que envolvem os livros didáticos distribuídos a milhares de alunos do Brasil ano após ano.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALVIM, Yara Cristina. **O livro didático na batalha de idéias: vozes e saber histórico no processo de avaliação do PNL D.** 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas.** São Paulo: Cortez, 2007.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção Docência em Formação – Série ensino fundamental).

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano.** Petrópolis: Vozes, 1994. pt. 3, p. 169-220.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro, UFRJ/IPHAN: 1997.

FREITAG, Bárbara; COSTA, Wanderley F. da; MOTTA, Valéria R. **O livro didático em questão**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

FREITAS, Itamar de. Livro didático de História: definições, representações e prescrições de uso. In: ———. **Livros didáticos de História: escolhas e utilizações**. Natal: EDUFRRN, 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.

LIMA, Marta Margarida Andrade. A cultura local e a formação para a cidadania nos Livros Didáticos Regionais de História. In: ———. **O livro Didático de História: políticas educacionais, pesquisas e ensino**. Natal: EDUFRRN, 2007.

MORAIS, Regis de (org.). **Sala de aula que espaço é esse?** 6. ed. Campinas: Papyrus, 1993.

MOREIRA, Kênia Hilda. **Um mapeamento das pesquisas sobre o livro didático de História na região Sudeste: 1980 a 200**, Araraquara: Universidade Estadual Paulista 2006.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira (Orgs.). **O livro didático de História: políticas educacionais, pesquisas e ensino**. Natal: EDUFRRN, 2007.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e a construção do saber histórico escolar**. 16 p. Artigo não publicado.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. Livros didáticos de História: pesquisa, ensino e novas utilizações deste objeto cultural. **Livros didáticos de História: escolhas e utilizações**. Natal: EDUFRRN, 2009. p. 79-87.

PENIN, Sonia T. de Sousa. **A aula: espaço de conhecimento, lugar de cultura**. Campinas, SP: Papyrus, 1994. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

ROCHA, Ubiratan. **História, currículo e cotidiano escolar**. São Paulo: Cortez, 2002.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2010.